

# Os confrontos entre Primeiro Comando da Capital e Polícia Militar do Estado de São Paulo em 2012: rotina e crise no controle do crime paulista

*The confrontations between the crime organization Primeiro Comando da Capital (PCC) and the Military Police in 2012: routine and crisis in crime control in the state of São Paulo, Brazil*

**David Marques<sup>1</sup>**

1. Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), membro do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC) e pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**Resumo:** Na segunda metade de 2012, no estado de SP, ocorreu um inusitado incremento nas taxas de homicídios, contrariando a tendência de queda de uma década. Em São Carlos, interior do estado, ao menos 18 pessoas foram mortas com características de execução entre setembro e outubro de 2012. Esta sequência de homicídios, atípica em relação ao histórico da cidade, se iniciou com a execução de um policial militar em horário de folga e se encerrou com uma chacina de 7 dependentes de *crack*. Tal cenário de violência também foi percebido em outras cidades do estado no mesmo período. O trabalho analisará as possíveis relações entre o homicídio deste PM e a chacina em São Carlos, assim como a relação entre o cenário local e o contexto estadual de violência em 2012. Desenvolveu-se a hipótese em que as relações rotineiras entre polícia militar e Primeiro Comando da Capital, quando atingem

limites considerados “injustiças” pelo PCC, colocam em marcha mecanismos de “guerra” entre estes dois atores, caracterizados por repertórios de violência (ataques a “bens” públicos, execução de agentes do estado em horário de folga, execuções e chacinas nas periferias das cidades). Tais mecanismos integram as formas de gestão do conflito nas chamadas “crises da segurança pública” neste estado, ocorridas em 2001, 2006 e 2012. A conclusão é que estas crises tem importante papel de regulação nas relações entre “crime” e polícia, seja no trabalho ostensivo, seja nas operações de grupos de elite da polícia militar.

**Palavras-chave:** Primeiro Comando da Capital. PCC. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Violência. Chacina. São Carlos.

**Abstract:** In the second half of 2012, in the state of São Paulo, there was an unusual increase in homicide rate, contrary to the decade-long drop trend. In São Carlos, in the interior of the state, at least 18 people were killed with execution characteristics between September and October 2012. This sequence of homicides, atypical in relation to the city’s history, began with the execution of a military police officer during slack and ended with a slaughter of 7 crack addicts. Such a scenario of violence was also perceived in other cities of the state in the same period. The paper will analyze the possible relations between the homicide of this police officer and the slaughter in São Carlos, as well as the relationship between the local scenario and the state context of violence in 2012. The hypothesis is that when the routine relations between military police and Primeiro Comando da Capital (PCC) reach limits considered “unjust” by the PCC, they set in motion mechanisms of “war” between these two actors, characterized by repertoires of violence (attacks on public assets – like police stations -, execution of state officers during off hours, executions and slaughters in the peripheral areas of cities). These mechanisms integrate the forms of conflict management in the so-called “public security crises” in this state, which occurred in 2001, 2006 and 2012. The conclusion is that these crisis have an important regulatory role in the relations between crime and police work, whether in open patrolling or in operations of elite groups of the military police.

**Keywords:** Primeiro Comando da Capital. PCC. Military Police of the State of São Paulo. Violence. Slaughter. São Carlos.

## Introdução

Este trabalho sistematiza alguns dos principais resultados de uma pesquisa de mestrado concluída em 2014. O objetivo da pesquisa foi conhecer as percepções e as práticas de indivíduos que trabalham em instituições estatais sobre a nova organização das dinâmicas criminais paulistas e sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Carlos, cidade média da região central do estado de São Paulo. Policiais militares, policiais civis e trabalhadores da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social foram os principais interlocutores da pesquisa.

As mudanças nas dinâmicas criminais e a consolidação de uma nova organização do “crime”, dentro e fora dos presídios do estado de São Paulo, têm sido estudadas e documentadas, em diferentes perspectivas, por um conjunto de pesquisadores<sup>1</sup>. Estes estudos apontaram para a consolidação do PCC, a partir da década de 2000, enquanto organização hegemônica no estado de São Paulo. Assim, o interesse da referida pesquisa foi conhecer os efeitos da emergência e hegemonia do PCC em instituições estatais atuantes nas periferias da cidade de São Carlos. Para tal, tornaram-se interlocutores da pesquisa policiais militares, policiais civis, trabalhadoras/es da assistência social e moradores locais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com funcionários da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), que trabalhavam cotidianamente em bairros periféricos da cidade, com oficiais e praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e um delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo (PCESP).

Para entender a relação entre estes dois grupos de interlocutores, policiais e agentes do mundo do crime em São Carlos, tomou-se a abordagem policial como foco privilegiado para a análise. Portanto, com o objetivo de mapear os padrões de relacionamento entre policiais e agentes de dinâmicas criminais, foram entrevistados pessoas do bairro que de alguma forma travavam relações com as dinâmicas criminais do bairro Jardim Encosta<sup>2</sup> de São Carlos.

---

1. Como exemplos destes estudos podemos citar Adorno e Salla (2007), Biondi (2009), Dias (2011), Feltran (2011), Hirata (2010) e Telles (2010).

2. Nome fictício de um bairro de periferia da cidade de São Carlos/SP utilizado com o objetivo de

Destaca-se que um dos principais resultados da pesquisa foi identificar oscilações no nível de violência empregado pela polícia durante as abordagens diretamente relacionados ao “momento” vivido pela segurança pública estadual. Nossos interlocutores – agentes do chamado “mundo do crime” e moradores de periferias sujeitos às consequências da sujeição criminal (MISSE, 2014) – foram enfáticos em descrever as oscilações na utilização da violência nas abordagens e apontam que esta diminuição está diretamente relacionada aos períodos de enfrentamento militarizado (também referidos enquanto “guerras”) entre PMESP e PCC, como os ocorridos em 2006<sup>3</sup> e 2012<sup>4</sup>. Desta forma,

---

preservar a identidade dos interlocutores da pesquisa.

**3.** Adorno e Salla (2007) apresentam alguns números e nos fornecem uma dimensão dos acontecimentos do período que ficou conhecido como dos “ataques de maio de 2006”, atribuídos ao PCC, e da reação das instituições estatais de controle do crime a estes “ataques”: “entre 12 e 20 de maio de 2006, 439 pessoas foram mortas por armas de fogo, no estado de São Paulo, conforme laudos necroscópicos elaborados por 23 Institutos Médico-Legais, os quais foram examinados pelo Conselho Regional de Medicina. Comparativamente a igual período em anos anteriores, bem como às semanas anteriores e posteriores a esse período, o volume de mortes é bastante elevado, sugerindo um cenário de excepcionalidade. Essas mortes foram acompanhadas de ondas de violência, como rebeliões em 73 presídios do estado, agressões e ataques contra agentes públicos, sobretudo policiais e agentes penitenciários; contra civis; contra prédios privados, como bancos, e públicos, como postos policiais; além de incêndios de veículos de transporte público como ônibus” (ADORNO e SALLA, 2007, p. 7). Este “volume de mortes bastante elevado, sugerindo cenário de excepcionalidade” caracteriza o que chamamos aqui de “enfrentamento militarizado”, no qual o conflito entre PMESP e PCC passa a se desenvolver por meio de uma sequência de homicídios.

**4.** Uma matéria 17 de dezembro de 2012 do portal de notícias Outras Palavras na internet nos apresenta a dimensão do que chamamos de enfrentamentos militarizados entre PMESP e PCC em 2012: “Outubro de 2012 registrou o recorde de homicídios e latrocínios na Grande São Paulo no ano: 345. Na capital, o aumento foi de quase 110% em relação ao ano anterior. O número só pode ser comparado aos 493 mortos entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, cuja macabra contagem diária (média de 55 por dia) somente tem paralelo nos 111 detentos executados pela PM no Massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992. Mesmo assim, a atual crise na segurança teve destaque nos jornais e TVs apenas após as eleições. Até então, as quase cem vítimas entre policiais, principalmente

estes episódios de “guerra” entre PMESP e PCC teriam impactado e modificado a forma de realização de abordagens por parte de policiais militares, conforme demonstraremos adiante.

Para apresentar os dados de campo que subsidiam esta conclusão da pesquisa optou-se por dividir esta comunicação em três seções principais: inicialmente apresentaremos o argumento de que há mudanças na forma de realização de abordagens da PMESP, marcada por uma diminuição da violência policial. Descreveremos, então, a “onda” de homicídios de 2012 em São Carlos e suas relações com um contexto mais amplo de enfrentamento militarizado entre PMESP e PCC, a nível estadual. Finalizaremos com a reflexão acerca da importância destes períodos de enfrentamento militarizado na negociação dos termos das abordagens policiais em microcontextos considerados “de rotina”, como os conhecidos por meio da pesquisa.

## **Mudanças nas abordagens da PMESP na década de 2000**

Em São Carlos, e mais especificamente no Jardim Encosta, conforme demonstraremos na próxima seção, os enfrentamentos militarizados entre PMESP e PCC tiveram importância central na regulação das relações cotidianas (sobretudo as abordagens) entre policiais militares e indivíduos “envolvidos”<sup>5</sup> com as dinâmicas criminais. Para demonstrar a importância destes períodos de “guerra” na negociação dos termos da abordagem policial pelos indivíduos

---

PMs de baixa patente e fora do horário de serviço, e as centenas de casos de pessoas baleadas nas proximidades desses assassinatos nas horas seguintes, estavam sendo tratadas, todas, como “casos isolados.” Disponível em: <http://outraspalavras.net/uncategorized/sao-paulo-as-origens-da-violencia/>. Acesso em 20/04/2014.

5. Neste texto, trataremos principalmente da figura do “irmão”, isto é, do integrante do PCC. No entanto, é sabido que, tanto dentro do sistema prisional paulista quanto fora dele, outros indivíduos convivem com o “código de conduta” (MARQUES, 2007) que orienta a atuação dos integrantes do PCC (BIONDI, 2009; DIAS, 2011; HIRATA, 2010). Desta forma, indivíduos que participam das dinâmicas criminais, mas que não são “batizados”, isto é, integrantes de fato do PCC, podem compartilhar deste “código de conduta” e sua atuação se aproximará muito da atuação esperada de um “irmão”. É neste sentido que utilizo a expressão “envolvido” com o “crime” e/ou PCC.

relacionados ao PCC, é necessário que façamos a distinção entre dois períodos na realização de abordagens.

O primeiro período, temporalmente localizado antes dos “ataques de maio de 2006”, é caracterizado pela maior ocorrência de episódios de violência (ofensas morais, espancamentos, homicídios) durante abordagens da PMESP. O segundo período, após os “ataques de maio de 2006”, é caracterizado pela maior capacidade de negociação, adquirida pelos integrantes do PCC, sobre os termos da abordagem policial. A seguir, apresentaremos alguns elementos empíricos que tem como objetivo representar cada período referido acima e nos ajudar a perceber a modificação na forma de atuação da PMESP, segundo a perspectiva dos interlocutores da pesquisa junto ao Jardim Encosta.

Para ilustrar o formato das abordagens da PMESP no período anterior aos “ataques de maio de 2006”, destacamos uma cena, ocorrida nos anos 2000, na qual adolescentes e jovens do Jardim Encosta eram incentivados pela Prefeitura a participar das atividades e projetos sociais oferecidos no Centro Comunitário da Juventude (CCJ), localizado em um bairro vizinho. Tanto os profissionais da Assistência Social quanto da PMESP identificavam os adolescentes que tinham “envolvimento” com o tráfico de drogas e roubos na região. No caminho entre os dois bairros estes adolescentes eram abordados por policiais militares e sofriam agressões. Com a recorrência destas ações, os adolescentes deixaram de frequentar as atividades do CCJ.

Assim, observamos duas lógicas estatais operando no modo de lidar com os adolescentes que relacionados com dinâmicas criminais. A primeira, da Assistência Social, partia do pressuposto que estes adolescentes precisariam ser inseridos em atividades sociais e educacionais, ofertadas pelo município por meio dos Centros da Juventude, que contribuíssem para seu “resgate”. Já na perspectiva dos policiais militares, a repressão violenta era uma das formas de controlar o contato entre os jovens e adolescentes e as atividades do mundo do crime.

Nos anos recentes, sobretudo no pós “ataques de maio de 2006”, ocorreu uma mudança na forma pela qual a PMESP passou a se relacionar com os indivíduos com atuação nas dinâmicas criminais no bairro. O cenário atual não seria mais tão frequentemente associado a expressões como “abuso de poder” ou “abuso de autoridade” que caracterizavam o contexto dos anos 2000. Assim,

a violência policial vivenciada em situações de abordagem variaria segundo contextos de ordem mais ampla, em nível estadual inclusive, como os enfrentamentos militarizados (as “guerras”) entre a PMESP e o PCC.

Desta forma, a distinção entre o contexto da virada para os anos 2000 e o contexto mais recente é evidenciada na fala de um dos interlocutores:

Hoje eu vejo uma polícia [militar] mais, com seus modos de pensar, mas também vendo o que ela tem que cumprir. Querendo bater, mas querendo respeitar a lei, ao mesmo tempo. Querendo abusar da autoridade, mas querendo respeitar, ao mesmo tempo. Então eu vejo que entrou mais o medo, de respeitar, porque antes eles enfiavam a borracha, eles batiam, levavam pra matagal. Hoje não, hoje eu vejo que eles fazem só se não tiver testemunha mesmo. Porque se tiver bastante gente, o máximo que eles podem fazer, longe, pra ninguém ver, é dar uma pisa, mas não chega a ceifar a vida não. (Caruso, entrevistado em 17 de dezembro de 2013<sup>6</sup>)

Desta forma, ilustramos a percepção de que a forma de relacionamento entre indivíduos com atuação nas dinâmicas criminais e PMESP se alterou. Na cena descrita, assim como em tantas outras que foram relatadas durante a pesquisa de campo e que também se situavam nos anos 2000, a possibilidade da repressão violenta nas abordagens realizadas por policiais militares, “enfiando a borracha” (referindo-se às surras com cassetetes) ou “levando para matagal” (com o objetivo de executar o indivíduo abordado), era mais facilmente acionável. Mais recentemente, emergem as figuras do “medo” e do “respeito”.

A mudança na forma de atuação da PMESP nas abordagens fica evidenciada pela análise de uma situação, relatada ao pesquisador e ocorrida no Jardim Encosta, após os “ataques de maio de 2006”: uma reunião entre integrantes do

---

**6.** Caruso completou 25 anos em 2013 e morava no Jardim Encosta desde que nasceu. Seu irmão foi integrante do PCC até se suicidar por conta de pressões decorrentes da posição que ocupava na organização. Caruso atuou nas dinâmicas criminais, sobretudo no tráfico de drogas no bairro. Após sua prisão, converteu-se a uma religião neopentecostal e abandonou a vida no “crime”. Quando entrevistado em 2013, trabalhava como zelador do Centro Comunitário do Jardim Encosta.

PCC e outros indivíduos relacionados às dinâmicas criminais da cidade (aproximadamente 40 pessoas), que acontecia na quadra do Centro Comunitário do Jardim Encosta (CCE), foi interrompida pela ação da PMESP. Cerca de 30 indivíduos foram detidos para abordagem nesta ação da PMESP, sendo colocados ajoelhados no centro da quadra. A abordagem dos policiais militares inicia-se com violência e cometimento de “excessos”, na visão de nossos interlocutores. No entanto, a manifestação dos indivíduos abordados, por meio da argumentação e ameaça, se referindo aos “ataques de maio de 2006” como motivados por “excessos”, “covardias” e “injustiças”<sup>7</sup>, na atuação da PMESP, conseguiu mudar os rumos daquela situação de abordagem e negociar os termos (e a violência) do momento, tornando a abordagem policial menos violenta e pautada no que é considerado como “respeito”, na visão dos interlocutores.

Caruso, um dos citados interlocutores da pesquisa, foi um dos abordados neste episódio e foi um dos indivíduos que se manifestou, demandando uma abordagem policial com “respeito”. Este interlocutor, segundo ele mesmo, não era integrante do PCC, mas participava das dinâmicas criminais e compartilhava do “código de conduta” dos integrantes do PCC, comportando-se da maneira como seria esperado de um “irmão”. Assim, os termos segundo os quais as relações com policiais militares seriam considerados “justos” ou pautados no “respeito” ficam evidentes em sua fala:

se a PM pega em flagrante, com drogas, roubo, já era. Caiu mesmo, vai levar preso. Mas não com violência, espancamento e injustiça. Se tiver irmão no meio, ele vai se manifestar, vai cobrar (CARUSO, ENTREVISTADO EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013).

Na perspectiva dos indivíduos que participam das dinâmicas criminais haveria “limite tolerável” de dureza nas abordagens e operações da PMESP.

---

7. “Injustiças” e “covardias” são categorias equivalentes, utilizadas em circuitos relacionados ao “mundo do crime” e ao PCC para se referir a episódios de utilização da violência na atuação repressiva da PMESP (ou de outras instituições estatais de controle do crime), como em espancamentos ou homicídios considerados “injustos” e “covardes”, sobretudo em relação a integrantes do PCC.

Ultrapassar este limite seria considerado uma “injustiça”. Estas seriam “respondidas” por meio de um repertório que vem se desenvolvendo e sendo explicitado publicamente em “crises de segurança pública” no estado de São Paulo – como as de 2001, 2006 e 2012. Repertório composto por ataques a bens públicos ou privados e execuções de agentes do estado. Por sua vez, a PMESP reagiria acionando seu repertório igualmente desenvolvido neste período: multiplicação de execuções em determinados territórios de periferia, por meio de práticas disseminadas em grupos de extermínio, e também pela intensificação de operações policiais oficiais.

O contexto pós “ataques de maio de 2006”, segundo nossos interlocutores, seria caracterizado pela maior capacidade de negociação dos termos da abordagem da PMESP por parte dos indivíduos abordados, sobretudo, os que integram o PCC ou estão muito próximos à sua órbita de influência. Nas situações de abordagem, que podemos considerar enquanto microcontextos em relação ao conflito mais amplo entre PCC e PMESP, os integrantes do PCC fazem referência aos períodos de enfrentamentos militarizados entre PCC e PMESP com o objetivo de dissuadir os policiais militares da utilização da violência. No limite, esta mensagem-ameaça transmitida significa que o cometimento de uma “injustiça” naquela abordagem policial poderia resultar em uma “resposta” do PCC. Em um contexto social como o de São Carlos, uma cidade média do interior do estado, no qual os policiais militares são conhecidos dos moradores em geral, assim como suas famílias e residências, este tipo de argumento-ameaça parece ter efetividade em seu propósito durante a abordagem, causando maior preocupação com a segurança pessoal dos policiais militares.

## **Os confrontos entre Primeiro Comando da Capital e Polícia Militar do Estado de São Paulo em 2012**

A partir de setembro de 2012, São Carlos viveu um período de rápido crescimento nos números de homicídios<sup>8</sup>. Essa situação reflete o contexto de

---

**8.** Segundo levantamentos da imprensa local junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, os homicídios cresceram 81% em 2012 na cidade, passando de 16 homicídios em 2011 para 29 em 2012. Disponível em: <<http://www.jornalpp.com.br/policia/>

elevação no número de homicídios no estado de São Paulo observado desde o final de maio do mesmo ano.

Segundo dados da imprensa<sup>9</sup>, a chamada “onda” de homicídios de 2012, com quadro intensificado na região metropolitana de São Paulo e reflexos em outras regiões do interior do estado e na baixada santista, teria tido início em um enfrentamento entre a ROTA<sup>10</sup> e supostos integrantes do PCC na Zona Leste da capital. Neste episódio, seis pessoas foram mortas e três presas. Dentre os mortos, pelo menos uma pessoa teria sido levada para outro lugar, torturada e executada pelos policiais, de acordo com uma testemunha da investigação do caso. Uma série de execuções de policiais, sobretudo praças e fora do horário de serviço, se seguiu a esse confronto<sup>11</sup>. Em outro sentido, para cada morte de policial se seguiram outras dez mortes, em média, nas horas seguintes e em regiões próximas à do primeiro homicídio. Dessa sequência de homicídios emergia um padrão caracterizado por tiros efetuados por homens encapuzados em motos sem placas ou em carros com vidros escuros contra grupos de pessoas nas regiões periféricas da capital.

Em declaração pública<sup>12</sup> em novembro, Marcos Carneiro de Lima, então Delegado-Geral da Polícia Civil, afirmou que várias vítimas de homicídio, excetuando-se as vítimas de chacinas<sup>13</sup>, tiveram suas fichas criminais levanta-

---

item/26987-homic%C3%ADdios-crescem-81-em-s%C3%A3o-carlos>. Acesso em 21/04/2014.

**9.** <http://outraspalavras.net/uncategorized/sao-paulo-as-origens-da-violencia/> - Acesso em 11.09.2013.

**10.** Batalhão correspondente à elite da Polícia Militar do estado de São Paulo, atuante principalmente na região metropolitana da capital.

**11.** Segundo informações da imprensa e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a “onda” de violência no estado totalizaria 370 homicídios entre maio e dezembro de 2012, sendo 50 agentes policiais e 320 civis. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/onda-de-violencia-pode-ter-matado-370-pessoas-em-2012-diz-defensoria.html>>. Acesso em 21/04/2014.

**12.** <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/22/delegado-diz-que-vitimas-da-violencia-em-sp-tiveram-ficha-criminal-levantada-pela-policia-antes-das-mortes.htm> - Acesso em 11.09.2013.

**13.** Na capital e região metropolitana de São Paulo ocorreram ao menos 16 chacinas entre junho e

das em delegacias distantes dos locais onde seriam executadas antes de serem mortas. Outro fator que ajudaria a compor a elevação acentuada no número de homicídios neste período no estado de São Paulo seria a “cortina de fumaça” criada pelo contexto de enfrentamento, ensejando crimes e vinganças interpessoais não diretamente relacionadas ao conflito observado.

Em São Carlos, um policial militar foi executado por dois homens, um deles encapuzado, calçando luvas pretas e armado com um revólver calibre 38, com seis tiros dentro de seu carro enquanto prestava serviço como segurança a uma empresa durante sua folga. De acordo com os moradores e trabalhadores do Jardim Encosta, seguiu-se a morte deste policial militar um período de atuação intensa da PMESP na região. Os relatos apontavam a utilização de bombas de efeito moral “por todo lugar” no bairro. Os moradores que reclamaram das ações da PMESP no bairro levaram até o Centro Comunitário restos de bombas utilizadas pelos policiais militares.

Entretanto, esta relação mais violenta entre policiais militares e moradores não estaria restrita a este contexto. Para uma interlocutora que trabalhava no Centro Comunitário, há policiais que trabalham de forma “correta”, mas há os policiais que “exageram” na violência. Todavia, pondera que os policiais militares enfrentam ocorrências complexas no bairro, pois quando realizam ações na região geralmente encontram situações de ilegalidade, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas.

Em dezembro de 2012, uma situação envolvendo adolescentes do bairro e policiais militares evidenciou uma prática policial marcada pela disposição para o confronto violento como uma resposta aos inúmeros “ataques” vivenciados pelos policiais. Numa manhã do final de dezembro de 2012, a rotina do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região foi interrompida por dois policiais militares que adentraram ao CRAS muito exaltados, alegando terem sido ofendidos pelos adolescentes. Um dos policiais questionou a supervisora do CRAS sobre quem eram aqueles adolescentes e por que não estavam na escola e esta respondeu que eram frequentadores do CRAS e participantes do Projovem (programa do governo federal que objetiva a elevação da escolaridade

---

novembro, com 28 mortes, a menos de cinco quilômetros onde foram executados policiais.

e qualificação profissional), que tinha atividades durante a tarde, e que foram até o CRAS para jogar bola, como comumente faziam. Neste momento, os policiais alegam que os adolescentes seriam traficantes e acusam a supervisora de permitir que “bandidos” frequentem o CRAS. Em meio a essa discussão os policiais teriam começado a agredir fisicamente os adolescentes, justificando que haviam sido ofendidos. A mãe de um dos adolescentes chega às pressas depois de ser avisada da situação e começa a discutir com os policiais sobre a agressão e acaba sendo agredida também.

A situação foi presenciada por várias funcionárias do CRAS, que ligaram para a Secretária da SMCAS, que veio até o CRAS. Esta confrontou os policiais militares, dizendo que estavam desrespeitando um organismo público, que era o Centro de Referência em Assistência Social, ao que um policial respondeu com a seguinte pergunta: “onde tava a assistência social quando o policial foi morto?”. O advogado da Prefeitura foi chamado e registrou-se um boletim de ocorrência. O comandante interino daquele batalhão da PMESP também foi até o CRAS e justificou que os policiais estavam muito nervosos devido à série de mortes de policiais militares que estavam acontecendo naquele período.

Da mesma forma que em outras cidades do estado de São Paulo, em São Carlos também ocorreram execuções de moradores de periferias, após a morte do policial militar. O conflito entre PMESP e PCC passou a influenciar a dinâmica social cotidiana dos bairros de periferia, cujos moradores estavam em estado de alerta devido aos casos de homicídio. Assim, a despeito da percepção de que o conflito que se desenhava neste período se dava entre PMESP e PCC, a condição dos moradores de bairros periféricos localizados entre os dois polos beligerantes construía uma sensação de insegurança social e medo de possíveis mortes de pessoas não envolvidas no conflito, seja por “engano” (no caso de uma “bala perdida”) ou ainda em ações de “vingança” da PMESP contra integrantes do PCC.

Assim, as narrativas de episódios protagonizados por indivíduos encapuzados em carros com vidros escuros disparando contra adolescentes que trabalham vendendo drogas em “biqueiras” ou contra dependentes de *crack* - duas categorias de indivíduos que não “batizados” no PCC - nas periferias da cidade são consideradas ações perpetradas por policiais militares descaracterizados, sendo motivo de medo e atenção para os moradores destes territórios.

Uma declaração feita em meados de outubro à imprensa pelo delegado responsável pela investigação de casos como o relatado acima é bastante representativa dos acontecimentos brevemente descritos do período. Nesta, ele afirma que até agosto ocorreram onze homicídios que foram esclarecidos pela Polícia Civil, todos com características consideradas normais pelo histórico do município, relacionados a crimes passionais ou “problemas envolvendo drogas”.

A partir de setembro, os homicídios passaram a ter características de execução, nos quais muitos disparos eram efetuados contra sujeitos com antecedentes criminais. Trata-se de uma série de homicídios atípica, tanto em relação ao número de ocorrências quanto à forma de execução. O delegado conclui afirmando que as investigações precisam ser feitas caso a caso de modo a averiguar se realmente haveria relação entre eles ou se seriam casos de oportunistas, que se aproveitam do momento de tensão na sociedade para resolver questões pessoais. Tais investigações demandariam muito tempo, comparação de projéteis e oitivas de pessoas.

No final de outubro de 2012 a imprensa local noticiou a execução de sete pessoas em um bairro periférico da cidade, todas dependentes de *crack* e a maior parte em situação de rua. Cada cadáver desta chacina foi encontrado com pelo menos quinze perfurações causadas por disparos de arma semiautomática desferidos por dois homens encapuzados que chegaram ao local de carro e fugiram a pé por uma mata próxima. Três pessoas que conseguiram escapar dos tiros teriam prestado depoimento à Polícia Civil no local e fornecido uma descrição dos suspeitos. Segundo o delegado responsável pela investigação do caso, foi a primeira vez que um crime com essas características aconteceu em São Carlos.

Após esta chacina, o prefeito da cidade convocou uma reunião especial com o delegado da Polícia Civil responsável pelas investigações, o comandante do batalhão da Polícia Militar, o chefe da Defesa Civil e a secretária da SMCAS, para discutir o andamento das investigações e medidas que poderiam encaminhar para que fato semelhante não voltasse a ocorrer. Nesta reunião, a secretária da SMCAS expôs sua opinião de que as investigações não poderiam descartar a hipótese de tratar-se de ação de um grupo de extermínio.

Segundo o delegado da Polícia Civil, entrevistado durante a pesquisa, após o homicídio do policial militar em São Carlos, a equipe da Delegacia de

Investigações Gerais (DIG) começou a investigação do caso. Esta investigação teria possibilitado, por meio de uma parceria com a central de inteligência por escutas telefônicas do GAECO<sup>14</sup> e Polícia Militar em Ribeirão Preto, a identificação de pessoas que ocupavam as principais posições nesta estrutura regional do PCC, na visão da Polícia Civil. Ainda segundo o delegado, as quatro figuras de liderança regional identificadas nesta investigação seriam os mandantes dos homicídios do policial militar em São Carlos e de outros dois policiais militares na região. Três deles foram presos e o quarto foi morto em confronto com a PMESP em outra cidade da região. Destaca-se a fala deste delegado sobre a motivação para o homicídio:

O policial não foi escolhido por nenhum motivo, foi aleatório. O problema da questão na época era que a polícia, segundo a facção, tinha abusado na repressão, e tinham provocado mortes que eles não admitiam... e aquilo seria uma represália contra a ação da PM. Não em si o policial, o policial em si, mas um representante da PM aleatoriamente escolhido, que tem que pagar por esse saldo da facção (delegado, entrevista realizada em 12 de dezembro de 2013)

Em relação à chacina, na perspectiva do delegado, foi um caso de difícil apuração para a Polícia Civil, pois a maior parte das testemunhas estava morta e também porque a suposta participação de policiais militares dificultou a investigação. O delegado relatou que, no entanto, conseguiu identificar uma pessoa que sobreviveu a chacina e mais duas testemunhas. As três pessoas

---

**14.** O GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, criado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em 1995, tem como função a prevenção e a repressão das atividades de organizações criminosas no Estado, devendo officiar nas representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios de natureza criminal, peças de informação e ações penais, mediante atuação integrada com o Promotor de Justiça Natural, e coordenando ações conjuntas com outras instituições. Atualmente, existem quatorze Núcleos de atuação, distribuídos em todas as regiões do Estado de São Paulo. Disponível em: < <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/gaecos> >. Acesso em 21/04/2014.

narraram os fatos de posições diferentes, permitindo um quadro mais amplo de informações. A única sobrevivente descreveu uma pessoa e seu veículo que teriam passado pelo local antes dos executores. Várias diligências teriam sido feitas para encontrar o veículo, sem sucesso. Outras solicitações de cruzamentos de dados referentes à GPS com a localização de viaturas da Polícia Militar, horários e outras informações estariam em andamento quando o delegado responsável pelo caso foi transferido para a Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (DISE).

## **A importância enfrentamentos militarizados na regulação das relações entre PMESP e PCC**

Os dados trazidos por esta pesquisa apontam que os enfrentamentos militarizados entre PMESP e PCC em 2012 tem relação direta com a ação da ROTA na Zona Leste da capital, na qual seis supostos integrantes do PCC foram mortos, o que desencadeou sucessivos episódios de *vendeta* pelo estado de São Paulo, tanto protagonizados por policiais como por membros do PCC. Isso porque essa ação da ROTA foi considerada enquanto “injustiça/covardia”<sup>15</sup> pelos integrantes do PCC, que circularam um “salve”<sup>16</sup> determinando que dois policiais militares deveriam ser executados para cada integrante do PCC morto pela PMESP. Com a disseminação desse “salve”, as execuções de policiais militares se multiplicaram pelo estado.

A partir da execução do policial militar em São Carlos diferentes

---

**15.** Esta ação da ROTA não foi a primeira e nem a única operação da PMESP que teve resultados considerados enquanto “covardia” pelos integrantes do PCC. Após a ocorrência de algumas destas ações da PMESP que culminaram com morte de integrantes do PCC, esta ação específica da ROTA funcionou como uma espécie de estopim de um conflito que já vinha acumulando tensão a cada episódio. Algumas ações da PMESP que teriam contribuído para o acúmulo de tensão no conflito entre PMESP e PCC são elencadas nesta reportagem de Bruno Paes Manso para o jornal O Estado de S. Paulo em 04/11/2012: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,por-que-sp-chegou-a-atual-situacao,955255,0.htm>. Acesso em 21/04/2014.

**16.** Uma forma de comunicado que circula entre os integrantes do PCC, dentro e fora do sistema penitenciário.

lógicas entraram em marcha nas instituições estatais de controle do crime<sup>17</sup>. Verificou-se que estes homicídios foram judicializados, uma vez que se tornaram objeto de um inquérito policial, mobilizando as instituições da justiça pública. Na maioria dos casos, ocorreu uma investigação criminal, produção de provas, colaboração entre instituições estatais de controle do crime, acusações formais, prisões e julgamento. Em paralelo a este procedimento típico da justiça criminal, que é o processo criminal dos casos de homicídios ocorridos, verificou-se que estes homicídios desencadearam a intensificação do policiamento ostensivo por parte da PMESP em bairros periféricos da cidade, conforme relatado no tópico anterior. Um terceiro processo que se desdobra destes casos de homicídios, e que foram mapeados por esta pesquisa, é o desencadeamento de respostas violentas extra-legais por parte de policiais, principalmente militares, que são direcionadas a totalidade de sujeitos de periferias. Resposta esta aparentemente não direcionada aos prováveis responsáveis pela execução, mas sim pulverizada em direção a pessoas com antecedentes criminais e dependentes de *crack* em bairros periféricos<sup>18</sup>. O padrão de atuação nas execuções e na chacina, semelhantes aos observados na capital no mesmo período, foi uma das hipóteses de investigação da Polícia Civil.

Em São Carlos, o ciclo de homicídios e retaliações próprios ao conflito entre PMESP e PCC em 2012 parece ter sido encerrado com a execução de sete dependentes de *crack* em situação de rua em uma chacina. Este episódio parece ter tido o efeito semelhante ao do um sacrifício de um “bode expiatório” no contexto deste conflito. Isto porque os executados não eram integrantes do PCC, e, portanto, nenhum ator protagonista deste conflito vingaria estas mortes, tendo em vista que o contra-ataque dos integrantes do PCC poderia oferecer oportunidade a novo ciclo de homicídios. No entanto, o ato de execução em

---

**17.** Sinhoretto (2014) discute diferentes lógicas e estratégias utilizadas pelas instituições estatais no controle do crime no estado de São Paulo.

**18.** Parte dos desdobramentos do conflito em tela podem ser interpretadas segundo dimensões do conceito de sujeição criminal (MISSE, 2014), tendo em vista que muitas das execuções são focalizadas sobre sujeitos que carregam em si marcas (cor, roupas, marcas corporais, local de residência, origem social, etc) que os caracterizam como sujeitos propensos ao crime, perigosos e irrecuperáveis.

si figura como uma demonstração de força, uma mensagem devolvida pelos indivíduos ligados à PMESP a seus inimigos do PCC.

Entendemos que no momento em que a tensão e a violência nas relações entre PMESP e PCC atinge um patamar considerado enquanto “injustiça” ou “covardia”, na visão dos integrantes do PCC<sup>19</sup> (a exemplo da referida ação da ROTA), os integrantes do PCC acionam o repertório de “guerra” que vem se desenvolvendo e sendo explicitado publicamente em 2001, 2006 e 2012, a saber, de ataques a “bens” públicos ou privados e as execuções de agentes de instituições estatais, como policiais militares. A PMESP reagiria acionando seu repertório igualmente desenvolvido no mesmo período: multiplicação de execuções em determinados territórios periféricos das cidades, por meio de práticas disseminadas em grupos de extermínio. Estes enfrentamentos militarizados devolveriam o conflito entre PMESP e PCC a um patamar caracterizado pela menor ocorrência de homicídios (“injustiças/covardias”) entre estes dois atores beligerantes.

Este arrefecimento do nível de violência nas relações entre PMESP e PCC está diretamente relacionado com os períodos de “guerra” como ocorrido em 2012. É possível perceber a importância destes períodos de enfrentamento militarizado entre PMESP e PCC na regulação das relações entre estes dois atores por meio da análise das mudanças nas abordagens “de rotina”<sup>20</sup> realizadas pela PMESP.

As entrevistas coletadas junto a agentes das dinâmicas criminais do Jardim Encosta de São Carlos subsidiaram a elaboração do seguinte argumento de pesquisa: em 2013 um integrante do PCC tem muito mais capacidade (e obrigação) de se manifestar, contra “excessos”, “injustiças” e “covardias” durante abordagens. Para isto, há a necessidade de ser um bom argumentador, isto é, convencer discursivamente os policiais militares que o estão abordando de maneira “injusta” ou “covarde”, e de que é este tipo de ação da PMESP que engendra os enfrentamentos militarizados (“guerras”) como os de 2001, 2006

**19.** Grupamentos especiais da PMESP e em especial a ROTA parecem desempenhar um papel central nos episódios deste conflito com o PCC.

**20.** Neste ponto, a utilização da expressão “de rotina” para designar a atuação da PMESP tem como objetivo diferenciá-la dos períodos caracterizados pelos enfrentamentos militarizados como os ocorridos em 2012.

e 2012. No caso de cidades como São Carlos, onde os policiais não raramente são conhecidos da população em geral, as ameaças às suas famílias podem ser empregadas. Um exemplo disto é um episódio relatado durante a pesquisa de campo no qual um conhecido integrante do PCC do Jardim Encosta, durante uma abordagem que sofreu em meio a uma sequência de ações da PMESP contra sua casa (e sua família) com o objetivo de intimidá-lo, fala para os policiais militares: “não mexa com a minha família, que não tem nada a ver com os meus negócios, que eu não mexo com a sua, que eu sei onde mora”.

De maneira geral, os policiais militares entrevistados durante a pesquisa são unânimes em afirmar que a preocupação do profissional da polícia com sua segurança pessoal foi intensificada. Neste sentido, os “ataques de 2006” configuram um marco importante. Após este marco, não haveria mais “sossego”. Ressalta-se a atenção com os momentos de entrada e saída de casa na volta do trabalho, assim como durante a estadia em qualquer local público. A necessidade que o policial, principalmente o policial militar, tem de estar atento e precavido em seu período de folga foi reforçada.

Outro elemento que reforça a análise das relações entre indivíduos que participam das dinâmicas criminais e a PMESP no período após os “ataques de 2006” é o fato de que muitos indivíduos abordados pela PMESP se utilizam de variadas estratégias para afirmar que integram o PCC. Na visão dos policiais militares entrevistados, os indivíduos que realmente fazem parte do PCC não manifestam sua filiação. Contudo, os indivíduos que afirmam integrar o PCC durante as abordagens da PMESP, se utilizam desse blefe como estratégia de amedrontamento dos policiais militares. Dito de outra forma, muitos indivíduos que não são efetivamente integrantes do PCC se utilizam de discursos e tatuagens com referência ao PCC como forma de empoderamento em uma situação de abordagem e se colocar em condições de regular a violência da abordagem policial e os seus resultados.

É evidente que ocorreram mudanças dentro da própria corporação policial militar desde 2006 que também poderiam contribuir para transformações na abordagem policial. Os “ataques de 2006” impactaram de forma decisiva a opinião pública e a própria PMESP, impulsionando um conjunto de transformações. Podemos citar a adoção de Procedimentos Operacionais Padrão

(POP)<sup>21</sup>, que regulamentam grande quantidade de atividades policiais, inclusive a abordagem. Em outro sentido, foi criada uma seção dedicada aos Direitos Humanos na corporação e houve incremento da carga horária da formação dos policiais militares dedicada à temática.

Entretanto, entrevistas com alguns oficiais da PMESP indicaram que no seio da corporação ainda há espaço para uma disputa entre distintas visões sobre a forma pela qual se deve fazer o controle do crime e da violência: uma visão mais pautada pela legalidade e inteligência policial, e outra mais afeita ao enfrentamento e a letalidade como instrumentos eficazes de controle do crime comum e do crime organizado. Tais visões se contrapõem a todo momento, sendo que o resultado variará segundo a correlação de forças entre os diferentes grupos em determinado contexto: seja uma companhia, um batalhão, um comando de policiamento de área ou até mesmo a corporação em sua relação com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e governo do estado. A frustração dos policiais militares com o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, principalmente, em relação ao trabalho de processamento dos casos realizado pela Polícia Civil, entendido como “ineficaz no controle do crime” é apontada como fonte importante de motivação para que policiais militares se aproximem mais da opção pelo enfrentamento e letalidade.

Grupamentos específicos dentro de cada batalhão, como a Força Tática, ou Batalhões específicos, como a ROTA, parecem desempenhar um papel decisivo no tipo de controle do crime realizado pela PMESP em cada contexto, sobretudo em relação ao chamado crime organizado, ou o PCC. Uma rápida consulta as

---

**21.** No estado de São Paulo os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) começaram em 2001. Em 1999, foram nomeadas comissões que passaram a pensar sobre os procedimentos mais utilizados pelos policiais – tanto no âmbito administrativo quanto operacional –, transformando-os em POP. Anteriormente, os procedimentos eram descritos em forma de manuais maiores e de difícil modificação, enquanto os POP foram pensados para serem documentos de fácil visualização e atualização. O POP descreve como deve ser a conduta do policial em diferentes situações envolvendo exercício do poder discricionário. O POP não obriga o policial a agir de determinada forma, mas descreve as variáveis das situações, orientando como o policial pode atuar em situações que demandam o exercício do poder discricionário (PINC, 2007).

páginas dedicadas a estes grupamentos e também às páginas dedicadas ao PCC fornecem um panorama da disposição para a “guerra” nutrida mutuamente.

Por meio da análise dos elementos empíricos mobilizados neste texto, pudemos perceber a importância dos períodos de “guerra” entre PMESP e PCC na regulação das relações entre estes dois atores sociais, equacionando temporariamente seu conflito e devolvendo-o a um patamar de menor de acúmulo de violência letal. Por fim, a análise do material coletado durante pesquisa de campo na periferia de São Carlos nos ajudou a perceber nas relações microcontextualizadas, como os momentos de abordagem da PMESP, como os integrantes do PCC operacionalizam a referência aos enfrentamentos militarizados como mecanismo de negociação dos termos e resultados da abordagem. Fica evidenciado também de que forma conflitos de natureza macrosocial (estadual) influenciam e são operacionalizados em micro contextos, como municípios do interior e seus bairros periféricos.

## Referências

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, 2007, v. 61, n.3, p. 7-29.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC. 196 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BUENO, Samira. **Bandido bom é bandido morto**: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 386 p. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP e CEM, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 367 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES, Adalton. Da “bola de meia” ao triunfo do “Partido”: dois relatos sobre o “proceder”. **Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. Ano 1, Versão 1.0, jul./2007.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 205-2012.

PINC, Tânia. **O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SINHORETTO, Jacqueline. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.v. 7, n. 1. jan./fev./mar./2014 - p. 67-196.

SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina; SINHORETTO, Jacqueline. **Notas sobre as estratégias estatais de controle do crime em São Paulo**. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, São Paulo, 2013.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte, Argumentvm: 2010.

**Recebido:** 23/07/2018

**Aceito:** 20/03/2019